

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 31 No. 2 2018

ARTIGO

ARQUEOLOGIA DO BAIXO SUL DA BAHIA:

ENGENHO RIO DE CONTAS, ITACARÉ, BAHIA, BRASIL

Carlos Alberto Santos Costa*, Fabiana Comerlato**, Cinthia da Silva Cunha***

RESUMO

O Engenho Rio de Contas é uma unidade de produção açucareira que funcionou no leito navegável do Rio de Contas, Bahia, do século XVIII ao início do XX. Em 2007, durante a construção da BA-001 (Camamu a Itacaré), o sítio foi escavado, quando também foi possível levantar os dados históricos e arqueológicos, além da análise dos materiais coletados. Este sítio foi analisado a partir da noção de “engenho” elaborada para a compreensão do sistema produtivo e distante das concepções tradicionais cunhadas na historiografia oficial. Assim, o Engenho Rio de Contas foi interpretado como uma grande estrutura de produção, adaptada à realidade local e imersa numa rede de produção e comércio, com controle territorial difuso da paisagem.

Palavras-chave: Engenho de Açúcar; Rio de Contas; Arqueologia.

* Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap) e do Curso de Bacharelado em Museologia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Professor colaborador dos Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMuseu) da Ufba e do Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade (PPGDCI) da Uefs. Pesquisador associado do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio (CEAACP), da Universidade de Coimbra (UC). E-mail: solracoteb@gmail.com.

** Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e do Curso de Bacharelado em Museologia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Líder do grupo de pesquisas Recôncavo Arqueológico (CNPq). E-mail: fabilato@gmail.com.

*** Graduada, mestre e Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). E-mail: cinthiahistoriadora@gmail.com .

DOI: <https://doi.org/10.24885/sab.v31i2.607>

ARCHEOLOGY OF THE SOUTHERN BAHIA LOWLANDS:

ENGENHO RIO DE CONTAS, ITACARÉ, BAHIA, BRAZIL

ABSTRACT

The Engenho Rio de Contas is a sugar mill that operated along the river Rio de Contas in Bahia, between the 18th and early 20th centuries. In 2007, the construction of highway BA-001 (Camamu and Itacaré) gave the opportunity to collect and analyze the historical and archaeological data of this facility. This site was analyzed from the notion of “sugar mill” elaborated for the understanding of the productive system and distant from the traditional conceptions minted in the official historiography. Thus, it was interpreted as a large production structure, adapted to the local reality and immersed in a network of production and commerce, with diffuse territorial control of the landscape.

Keywords: Sugar Mill; River Rio de Contas; Archaeology.

ARQUEOLOGÍA DEL BAJO SUR DE BAHÍA:

INGENIO RIO DE CONTAS, ITACARÉ, BAHÍA, BRASIL

RESUMEN

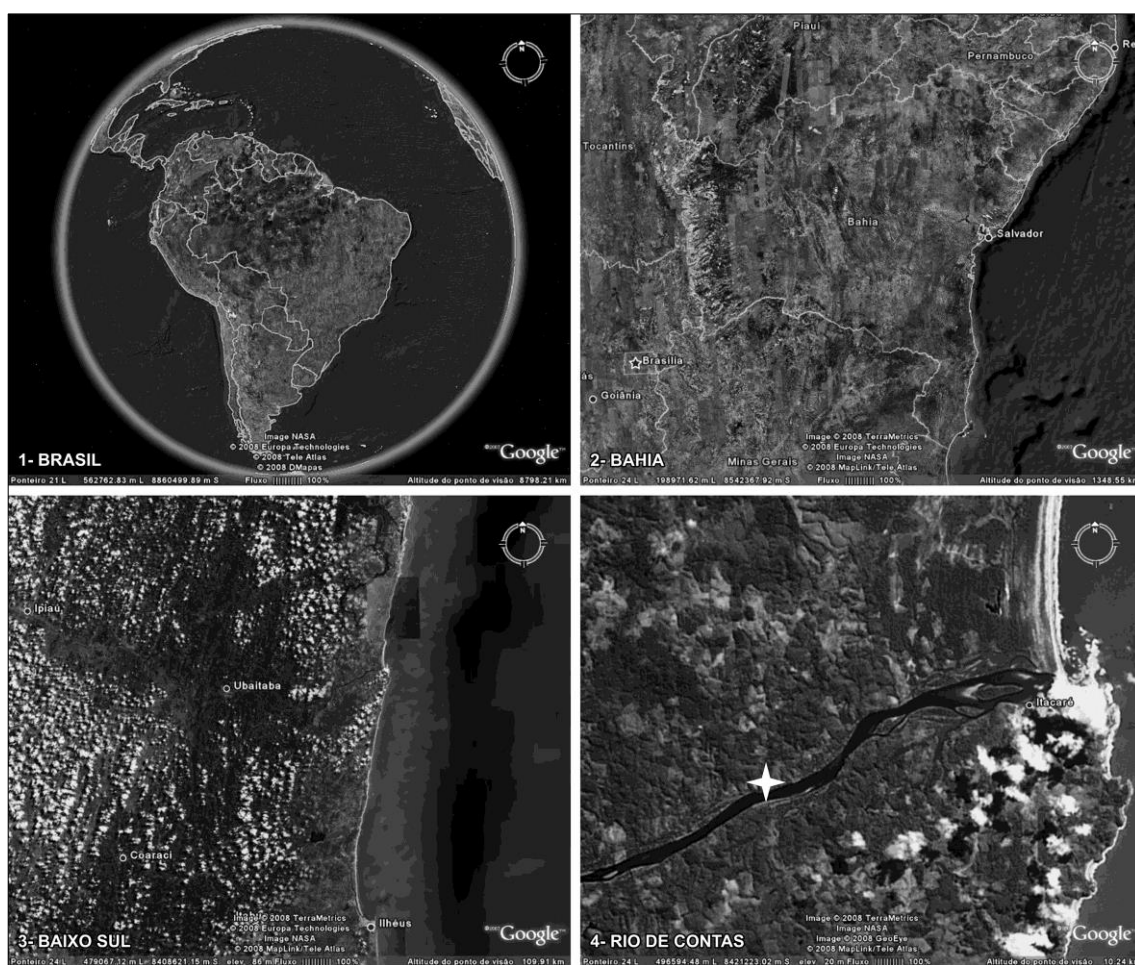
El Engenho Rio de Contas es una unidad de producción azucarera que funcionó en el lecho navegable del Río de Contas, Bahía, del siglo XVIII al inicio del XX. En 2007, durante la construcción de la carretera BA-001 (Camamu hasta Itacaré), el sitio fue excavado, cuando también fue posible levantar los datos históricos y arqueológicos, así como el análisis de los materiales recolectados. Este sitio fue analizado a partir de la noción de “ingenio” elaborada para la comprensión del sistema productivo y distante de las concepciones tradicionales acuñadas en la historiografía oficial. Así, el ingenio Río de Contas fue interpretado como una gran estructura de producción, adaptada a la realidad local e inmersa en una red de producción y comercio, con control territorial difuso del paisaje.

Palabras clave: Ingenio de Azúcar; Río de Contas; Arqueología.

PREÂMBULO DAS PESQUISAS NO ENGENHO RIO DE CONTAS

O sítio denominado Engenho Conceição ou Engenho Rio de Contas, no município de Itacaré, região Baixo Sul da Bahia (figura 1), é caracterizado por uma grande unidade de produção com cais próprio, reconhecida na literatura específica da área como engenho real¹. Além disso, está localizado à margem esquerda do Rio de Contas, em um trecho que sofre forte influência da maré, condição que proporciona calado para navegação de embarcações de pequeno e médio porte durante todo o ano.

Figura 1 - Imagens da NASA, capturadas pelo *Google Earth*. 1- América do Sul, com destaque para o Brasil; 2- Bahia; 3- Baixo Sul; 4- Foz do Rio de Contas, município de Itacaré. A estrela indicada na margem esquerda do Rio de Contas, no recorte 4, representa a localização do Engenho Conceição. Fonte: *Google Earth*, 2015.



O sítio encontra-se instalado num setor em que a inclinação do terreno é pequena, aproveitando o sopé de uma colina do vale do rio. A pedologia apresenta no horizonte “A” camada areno/argilosa acinzentada escura, com bastante agregação humífera, seguindo com transição gradual, já nos primeiros 15 a 20 cm, para o horizonte “B”, argiloso amarelo/avermelhado, típico da formação Barreiras, com compactação média/alta. São abundantes os recursos hídricos, compostos por pequenos rios, riachos e córregos tributários do Rio de Contas, a exemplo do rio do Engenho, conhecido pela

¹ Os engenhos reais eram aqueles maiores e mais bem organizados, que faziam uso de água como força motriz de suas máquinas de moer, ao invés de força animal (ANTONIL, 1982 [1955]: 26).

mesma toponímia da estrutura, que está aproximadamente 200 metros a jusante da sua desembocadura no Rio de Contas.

Essas características naturais do terreno forneciam os requisitos básicos à instalação e funcionamento de um engenho real, que são:

1) a existência de um córrego perene, não muito grande nem acanhado, que possuísse um desnível e uma largura apropriados para o barramento e o desvio parcial da suas águas até a roda motriz que esmagará a cana; 2) um terreno firme, plano e amplo o suficiente para as oficinas, casas de purga, fornos e as demais outras instalações e construções do serviço; 3) terras férteis onde se cultivar a cana; 4) uma via de escoamento da produção, idealmente um porto de acesso direto ao mar, posto que o produto dos engenhos, ou seja, o açúcar, destinava-se essencialmente à exportação ao mercado europeu (FERNANDES & COSTA, 2009: 153).

Atualmente a área do sítio é totalmente utilizada para produção cacaueteira, sombreada por bananeiras e árvores de grande porte (tanto frutíferas como espécimes da flora local), de maneira que as ruínas do engenho de açúcar encontram-se permeadas de vegetação, inclusive sobrepondo-se às estruturas. Embora, a princípio, esse fator pareça configurar um dano ao sítio, foi justamente o uso secular para plantio de cacau, iniciado logo após o abandono da área para produção do açúcar e da cachaça, que permitiu que o engenho chegasse até a atualidade em bom estado de conservação e com estratigrafia bem conservada.

O sítio Engenho Rio de Contas foi escavado no âmbito das pesquisas arqueológicas voltadas ao licenciamento ambiental da rodovia BA-001. O trecho com 48,1 km lineares situado entre os municípios de Camamu e Itacaré, região Baixo Sul da Bahia², permitiu a identificação, registro e/ou salvamento de um universo de vinte e quatro sítios arqueológicos³. Tais sítios representam diferentes episódios da ocupação humana, relacionados aos períodos pré-coloniais (grandes aldeias), coloniais (residências, engenhos, portos e igreja) e pós-coloniais (residências e engenhos).

Através destas rápidas considerações, é possível situar o leitor sobre o contexto de inserção dos trabalhos e informações preliminares do universo de abordagem. Objetivamos, com este artigo, versar acerca dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Engenho Conceição e os resultados dele advindos, sobretudo no que concerne à discussão da noção clássica dos espaços onde de engenhos no Brasil.

A ARQUEOLOGIA NOS ENGENHOS E A NOÇÃO HISTÓRICA DE ENGENHO DE AÇÚCAR NO BRASIL

A produção de açúcar esteve presente em grande parte do continente americano, associada ao projeto colonizador de Portugal e Castilha. Os engenhos faziam parte da experiência expansionista transatlântica, que se iniciou no século XV, na Ilha da Madeira, nas Ilhas Canárias e em São Tomé, com diferentes formas de trabalho (WOODWARD, 2011). No Caribe e no Estado do Brasil, depois nominado Reino e Império, o sistema clássico de *plantation* teve grande êxito a partir do século XVII com o tráfico de pessoas escravizadas da África. Ilhas como St. Kitts, Antilhas, Montserrat, Martinica, Guadalupe, Jamaica e Santo Domingo compartilham, junto à costa sul-atlântica, um sistema que

² Estes trabalhos foram realizados mediante convênio de parceria técnica estabelecido entre a Universidade Federal da Bahia (Ufba) e o extinto Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba). Para viabilização técnica dos trabalhos de campo e laboratório foram estabelecidas parcerias com a SVC Construção Ltda. e a Cbemi Construtora Brasileira e Mineradora Ltda. Por fim, tais trabalhos obtiveram autorização de pesquisa através de Portarias emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão ligado ao Ministério da Cultura (Minc).

³ Ver Fernandes e Costa (2006), Fernandes (2007) e Costa (2008).

envolvia primariamente a produção de açúcar com grande inversão de capital, trabalho escravo e mercado exportador. Este sistema clássico gerou paisagens culturais açucareiras com áreas de cultivo, pasto, produção de madeira e de construção de moradias e edificações de uso manufatureiro ou industrial. Os engenhos de açúcar, as casas de purgar, as destilarias conformam em cada região diferentes modos de instalação na paisagem, a exemplo dos engenhos movidos a vento, que existiam no Caribe e são pouco conhecidos no Brasil (FOUND & BERBÉS-BLÁZQUEZ, 2012). Outras diferenças podem ser apontadas, como os tamanhos das *plantations*, que foram bem menores no Caribe, se comparados com aquelas existentes no Nordeste do Brasil (MAYER, 2016: 15).

A arqueologia histórica nas Américas tem se dedicado a estudar essas diferentes paisagens culturais açucareiras, visto que a partir delas podemos compreender mais de 500 anos de permanências e transformações na configuração das culturas voltadas ao açúcar. As pesquisas arqueológicas enfocaram a compreensão de distintas perspectivas, pela ótica da arquitetura, da tecnologia, da paisagem, da diáspora africana, da produção e consumo de cultura material.

Há pesquisas arqueológicas em sítios de engenho de açúcar em várias regiões do Brasil, mencionaremos alguns exemplos de investigações realizadas nas últimas décadas. No Nordeste, em Pernambuco, vários engenhos de cana-de-açúcar foram pesquisados, a exemplo do sítio Engenho Maranguape (FOREST, 2006; FOREST & OLIVEIRA, 2008), Engenho Massangana (SOUZA REGO, 2010a; 2010b) e Engenho Jaguaribe (OLIVEIRA, 2018). Na Amazônia, no município de Belém, as escavações no engenho de açúcar Murutucu permitiram diversas abordagens teóricas e análises da cultura material exumada (OLIVEIRA MARTINS, 2015; COSTA, 2017).

Em São Paulo, o Engenho São Jorge dos Erasmos, monumento nacional, foi alvo de pesquisas arqueológicas no final dos anos 90 do século XX por Margarida Andreatta e, posteriormente, por José Luiz de Moraes (ANDREATTA, 1999; MORAIS *et al.*, 2005). Ainda no litoral paulista, o Projeto Arqueológico Ilhabela identificou vários engenhos de cana, centrando as escavações no Engenho Pacuíba I (CALI, 2003). No Estado do Rio de Janeiro, na Fazenda dos Jesuítas de Campo dos Goytacazes foram analisados os contextos associados às populações de origem africana e seus padrões de refúgio (SYMANSKI *et al.*, 2015). Em Goiás, nas últimas décadas, tem-se levado a cabo um amplo programa de pesquisas sobre a diáspora africana em fazendas açucareiras, em especial nos sítios Engenho de Santo Izidro e Engenho de São Joaquim (GUIMARÃES *et al.*, 2003; 2005; SOUZA, 2015). Desse modo, percebe-se que além de escavações decorrentes de projetos de licenciamento, existem importantes projetos de pesquisa arqueológica em engenhos de açúcar, os quais, por sua importância, propiciaram a realização de projetos de musealização, a exemplo dos sítios Murutucu e dos Erasmos.

Para além da abordagem arqueológica, muito se tem produzido sobre o tema pela perspectiva histórica. Como, no plano conceitual, o confronto de nossas observações de campo guardam dissonância com os dados apresentados pela historiografia, centraremos, a partir daqui, a atenção sobre a noção de engenho de açúcar. Tendo em vista a compreensão comum associada a esse espaços, cunhada por pesquisadores representantes da história oficial brasileira – tais como Gilberto Freyre (2012 [1933]), Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]), André João Antonil (1982 [1955]), Roberto Simonsen (1978 [1937]), Caio Prado Júnior (2011 [1942]), Stuart Schwartz (1995 [1985]), Esterzilda Berenstein de Azevedo (1990; 2009) e Geraldo Gomes (2006) – cabe apresentar e discutir a diferença identificada na materialidade desse fenômeno na área do Baixo Sul da Bahia (FERNANDES & COSTA, 2009: 140-142).

A ideia convencional de “engenho de açúcar” é a de de um sistema produtivo, religioso, mercantil e social, com estreitas relações de trabalhos servil, doméstico e

comercial, que se expressavam material e sistemicamente no espaço, a partir de instalações como a casa grande, a capela, o engenho e a senzala (FREYRE, 2012 [1933]). Essa noção conceitual que evidencia um modelo socioespacial concentrado dos engenhos de açúcar, de um lado, serviu como base para a compreensão desses contextos e, de outro, criou uma explicação ideal dos engenhos de açúcar no imaginário científico e popular.

Outra forma de compreender esses locais está relacionada à força motriz utilizada para esmagamento e extração do caldo de cana (GANDAVO, 1980 [1576]: 26). O arquiteto Geraldo Gomes, quando estudou os engenhos de açúcar de Pernambuco, realizou uma contagem em que classificou essas unidades de produção entre aquelas que utilizavam como força motriz a água e aquelas que utilizavam a tração animal (GOMES, 2006: 37). Esse modelo ‘mecânico’ promove um certo reducionismo da compreensão desses espaços, na medida em que centra a observação exclusivamente em como se obtém e se utiliza a força para a extração da garapa, mas não observa as distintas unidades produtivas associadas e as suas relações com a paisagem (espaços de produção de matéria prima, as plantações, vias de escoamento terrestres e aquáticas etc.), além de excluir os indivíduos que estabeleciam sociabilidade nesses espaços.

Ambos os conceitos, seja o socioespacial concentrado ou o mecânico, embora possam explicar uma série de engenhos brasileiros, não guardam relação com os contextos arqueológicos identificados no Baixo Sul da Bahia, nem guardam relação com a documentação histórica levantada, que demonstra condições diferentes dessas idealizações conceituais.

As unidades de produção localizadas no baixo leito do Rio de Contas se encontram isoladas, sem proximidade ou aparente relação com áreas religiosas ou de habitação. No município de Itacaré, Bahia, os vestígios de pequenos, médios e grandes engenhos de açúcar, compreendidos como engenhos oficiais⁴, estão situados longe das casas grandes, capelas, igrejas e senzalas. Ou seja, temos aqui um modelo distante daquele esperado numa vertente conceitual.

Igual situação de separação espacial é identificada no município vizinho, Camamu. Nos espaços ocupados pelos jesuítas, os engenhos não estão próximos das áreas de habitação e religiosas. Nesse caso específico, as habitações e espaços religiosos eram conjugados e estavam distantes da área do engenho, diferente do conceito socioespacial concentrado, cuja área familiar era separada da religiosa e próximas à área produtiva do engenho. A semelhança com esse conceito está relacionada apenas às funções mais pragmaticamente assumidas pelas diferentes unidades produtivas. Portanto, se diferenciam nos atores e nas relações sociais estabelecidas bem como nos agenciamentos dos espaços.

Já no conceito mecânico de Geraldo Gomes, se o engenho era movido a água, não poderia ser movido por força animal e vice-versa; uma condição excluía necessariamente a outra. Ainda de acordo com esse autor, só em condições excepcionais, de senhores de engenho muito poderosos, as duas forças de tração eram utilizadas num mesmo espaço (GOMES, 2006: 32). Pela extrema limitação desse conceito, sobretudo para a observação arqueológica dos espaços, sem apoio da documentação histórica, as realidades seriam tratadas como se fossem duas diferentes áreas de produção, o que levaria a equívocos sérios de interpretação.

Com essa abordagem, queremos demonstrar que a forma como percebemos o conceito de “engenho” influencia a identificação do sítio arqueológico. Acreditamos que, embora haja a necessidade prévia de conhecimento da literatura e das formas de

⁴ No Arquivo Público do Estado da Bahia, encontram-se os livros de Matrícula de engenhos da Capitania da Bahia, nos quais originalmente as unidades de produção foram registradas.

abordagem do tema, o arqueólogo deve estar atento e tomar cuidado com o forçoso amoldamento dos dados em teorias e modelos pré-estabelecidos, sob pena de iniciar o processo de pesquisa com respostas prontas e não proporcionar a interpretação que os dados arqueológicos possibilitem sobre às realidades culturais. Ainda que os contextos guardem semelhanças entre si, devem ser considerados como singulares e socialmente dinâmicos. No âmbito da discussão que propomos, queremos concluir que a realidade de campo será determinante na construção conceitual da noção de “engenho”.

Assim sendo, percebendo a distância com outras realidades baianas e considerando os contextos do Baixo Sul, que se caracterizam pela exclusividade de estruturas de produção (distantes das demais unidades), além da impossibilidade de relação com os conceitos identificados na literatura, utilizamos como procedimento para conceituar os sítios de engenho a relação das seguintes condições: “a força motriz (água); a área de produção (moenda, fornalhas e purga); [...] o escoamento de produção (cais)” (FERNANDES & COSTA, 2009: 142) e as relações com a paisagem social da região. A opção por esse procedimento de observação dos contextos arqueológicos leva a que os dados empíricos sejam o mote de construção das conclusões das pesquisas.

NOTÍCIAS HISTÓRICAS SOBRE O ENGENHO CONCEIÇÃO

Os primeiros dados históricos com relação a desembocadura do Rio de Contas, em Itacaré, datam do século XVI e preconizam que, nesse momento, essa área ainda não estava povoada, em decorrência da presença dos Aimorés, indígenas que os colonizadores consideravam hostis, conforme corroboram dados de Gabriel Soares de Sousa:

Tem este rio das Contas, a que os índios chamam Jussiape, para o conhecer quem vem de mar em fora, sobre a boca uns campinhos descobertos do mato, e ao mar uma pedra como ilhéu que está na mesma boca, pela qual entram navios do honesto porte, porque tem fundo e canal para isso bem chegado a esta pedra. Este rio vem de muito longe, e traz mais água sempre que o Tejo, o qual se navega da barra para dentre sete ou oito léguas até a Cachoeira, e dela para cima se pôde também navegar, por ter fundo para isso. E é muito farto de pescado e marisco e de muita caça, cuja terra é grossa e boa, e tem muitas ribeiras para engenhos que se vêm meter neste rio (os quais se deixam de fazer por respeito dos Aimorés, pelo que não está povoado) o qual está em quatorze graus e um quarto. Deste rio das Contas a duas léguas está outro rio que se chama Anemoão, e dele a uma légua está outro rio que se chama Japarape, os quais se passam a vau ao longo do mar, que também estão despovoados (SOARES DE SOUSA, 2000 [1587]: 39).

Mesmo sendo os indígenas, especificamente os Aimorés, os supostos empecilhos ao povoamento desse território, os dados históricos, tempos depois, demonstrariam que tal povoamento se deu justamente a partir de uma aldeia indígena. Esta aldeia teria sido, posteriormente, catequizada pelo jesuíta Luis de Grã. Tais dados preconizam que nessa localidade foi erguida uma capela sob a proteção de São Miguel, sendo a povoação primeiramente batizada de São Miguel da Barra do Rio de Contas. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a povoação de São Miguel já existia em 1718, sendo, neste ano, elevada à categoria de freguesia. Posteriormente, em 27 de janeiro de 1732, a donatária Ana Maria Athaide de Castro determinaria que São Miguel da Barra do Rio de Contas fosse elevada à vila e município (ENCICLOPÉDIA... 1958, v. 20: 306).

Com relação às unidades produtivas de açúcar, no “Livro de Matrícula de Engenhos”⁵, encontrado no Arquivo Público do Estado da Bahia, constam, de 1807 até

⁵ Seção Colonial - Matrícula de engenhos da Capitania da Bahia; período - 1807; maço 632.

1889, seis propriedades na localidade de São Miguel da Barra do Rio de Contas ou, simplesmente, Barra do Rio de Contas, termo de Ilhéus. Dentre os seis engenhos, concentramos o levantamento nos inventários da família Martins de Lima, dona do Engenho Conceição da Boa Vista, registrado em 24 de julho de 1832, com pouca distância do porto de embarque (1/5 légua). Esse engenho refere-se à unidade produtiva cujas informações de localização e dimensões compatibilizam com os dados arqueológicos. A família Martins de Lima possuía, à época dos inventários e do registro dos engenhos, meados do século XIX, sete herdeiros diretos com direitos sobre as terras do Engenho Conceição, além de propriedades vizinhas. Essa era uma família que tinha grande cabedal, apesar de muito repartido.

Do inventário do Capitão Mór Manuel Martins de Lima, datado de 1876⁶, depreende-se que sua parte nas terras da família seria dividida com outros herdeiros: Ignacia Delfina de Jesus, Tenente Manoel Lopes Ferreira por cabeça de sua mulher Maria Delfina de Jesus Lopes, Idalina Martins de Lima, Virginio Martins de Lima (surdo-mudo) e Capitão Lucindo Martins de Lima (irmão). A avaliação foi efetuada na Fazenda Conceição com a presença dos herdeiros e seus representantes, avaliadores, Juiz de Órfãos e Ausentes e escrivão, que apontaram uma grande quantidade de bens, isto é, terras, casas de morada e unidades de produção. Especificamente com relação ao Engenho Conceição, real e construído em pedra e cal, suas posses e terras associadas eram assim divididas:

[...] p.11 A sétima parte dos três quartos do Engenho Conceição, com todos as suas partições, construído de pedra e cal, movido por água, que avaliaram (p.11v) por um conto duzentos e oitenta e cinco mil reis. 1:285#000

Um quarto do mesmo engenho acima descrito, que o falecido houve por herança paterna, que avaliaram por um conto e duzentos mil reis. 1:200#000

A sétima parte das quatrocentas braças de terra, no mesmo Engenho, a principiar da boca da frente e se encontrar com terras do herdeiro Virginio, com seus respectivos fundos que avaliaram por trezentos mil reis. 300#000

Cabe ressaltar que além do engenho, nos inventários foram identificados terras e bens nas localidades de Cachoeira, Pancada e Pau Brasil. Dos equipamentos de beneficiamento de cana, outras lavouras e produtos finais, constam neste inventário:

p.12v Trez quartos do alambique de cana e carapuça existente no mesmo Engenho, que avaliaram por quatro centos mil reis. 400#000

Um quarto de roça grande de mandiocas ainda verdes, que avaliarão por doze mil reis. 12#000

Um quarto de outra sita da dita pequena, já em estado de arrancar, que avaliaram por cincoenta mil reis. 50#000

Um quarto de um cannavial que avaliaram por cincoenta mil reis. 50#000

O terço da caza em que mora Antonio Rodrigues, com todos os seus fundos, em chãos próprios, que avaliaram por cento e cincoenta mil reis, ficando assim sem efeito o valor anteriormente dado. 150#000

Quatro barricas de assucar mascavo, contendo seis arrobas cada uma e todas vinte e quatro, que avaliaram a dous mil e quinhentos, e todas por secenta e dous mil reis. 62#000

p.13 Duas ditas contendo doze arrobas de assucar branco, que avaliaram a trez mil reis a arroba e todas por vinte e quatro mil reis digo todas por trinta e seis⁷.

⁶ Seção Judiciária - Inventário - Classificação 02/901/1370/06; Local - Barra do Rio de Contas; Ano - 1876; Inventariado - Capitão-mor Manuel Martins de Lima; Inventariante - Manuel Lopes Ferreira.

⁷ Seção Judiciária - Inventário - Classificação 02/901/1370/06; Local - Barra do Rio de Contas; Ano - 1876; Inventariado - Capitão-mor Manuel Martins de Lima; Inventariante - Manuel Lopes Ferreira.

Ainda no inventário do Capitão Mór, foram avaliadas canoas, provavelmente utilizadas no transporte da cana ao porto ou da produção para as demais regiões da Capitania:

p.11 Uma canoa de vinhático de dous palmos e [dous] de boca, denominada [Preta] baixa que avaliaram por cinquenta mil reis. 50#000

Outra dita de potumujú, de dois palmos e meio de boca já usadas que avaliaram por trinta mil reis. 30#000

Outra dita pequena de vinhático, que avaliaram por vinte mil reis. 20#000

Outra dita por acabar existente nas mattas do Oricó, que avaliaram por vinte e cinco mil reis. 25#000

Outros membros da família Martins de Lima, com partes no Engenho Conceição, eram Delfina Martins de Lima e Celestino, Setúbal e Virgílio Martins de Lima. Os demais inventários localizados foram os de Delfina e Virgílio. O que se consegue obter de informação da leitura de tais inventários é que Manuel Martins de Lima possuía sete herdeiros diretos, e seus irmãos, Delfina, Virgílio e Setúbal, tinham suas partes do Engenho Conceição e demais propriedades, que seriam divididos por outros herdeiros.

No inventário de Delfina⁸ a relação de herdeiros está ilegível. Suas terras e propriedades são praticamente as mesmas relacionadas no inventário de Manuel Martins de Lima. O tempo entre o falecimento de Manuel e Delfina é menor que um ano. Dentre alguns dos bens identificados no inventário de Delfina estão:

A casa de vivenda no Engenho Conceição, firmada sobre pilares, toda assoalhada, coberta de telha, envidraçada, com uma sala de frente forrada, com cento e vinte palmos de frente e seus respectivos fundos, em terreno proprio no mesmo engenho, que avaliaram pela quantia de um conto de reis 1:000#000

O engenho Conceição digo tres partes do Engenho Conceição com todos os seus pertences e accessorios, de pedra e cal, movido por agua, que avaliaram por nove contos de reis. 9:000#000

A metade do Alambique de cobre e carapuça, existente no mesmo Engenho, inda novo, que avaliaram pela quantia de tresentos mil reis. 300#000

Quatrocentas braças de terras no mesmo Engenho Conceição a principiar da bôca da [formiga] à encontrar com terras do coherdeiro (p.12) Virginio com seus respectivos fundos, que avaliaram à cinco mil reis cada braça e todas por dous contos de reis. 2:000#000

Uma serra movida por agua, de serrar madeiras e existente na mesma Fazenda e Engenho Conceição, movida pela agua do mesmo Engenho, que avaliaram pela quantia de dous contos e quinhentos mil reis. 2:500#000

A quarta legoa digo um canavial pequeno em terras do fallecido co-herdeiro Manoel Martins, que avaliaram pela quantia de cem mil reis 100#000

A metade de noventa e oito pães de assucar, contendo cento e trinta e cinco arrobas, que avaliaram pela quantia de tresentos mil reis. 300#000

(p.13) Um telheiro para guardar cannas, que avaliaram pela quantia de vinte mil reis. 20#000

Como pode se ver, a relação de equipamentos de beneficiar cana é mais detalhada no inventário de Delfina que no de Manuel Martins, o que permite entender que Delfina possuía mais bens. Este fator nos leva a considerar que a posse do alambique e da serra movida por água talvez decorra da compra sobre o direito de outros herdeiros.

⁸ Seção Judiciária - Inventário – Classificação 07-3175-04; Local - Barra do Rio de Contas; Ano - 187[?]; Inventariado - Delfina Martins de Lima; Inventariante - Celestino Martins de Lima (irmão).

No início do século XX, apesar de ser relativamente expressiva a produção do cacau na região de Ilhéus, de onde Itacaré fazia parte, no inventário Manuel Martins de Lima faz-se referências a apenas dois mil pés⁹.

Como ficou evidenciado, a família Martins de Lima era detentora de propriedades rurais ao longo do rio de Contas. O Engenho da Conceição era bem estruturado, com equipamentos adequados à produção, movidos à água, e um cais próprio para escoamento da produção. Os inventários evidenciam que apenas o Engenho Rio de Contas era de propriedade da família. Este, por sua vez, era abastecido por várias plantações de cana de açúcar. A produção tinha seus lucros divididos entre os diferentes herdeiros. Os com grau de parentesco direto tinham maior parcela de participação em relação aos de parentesco colateral.

Depois do século XIX, não foram identificados registros relacionados ao engenho. Pela leitura da documentação histórica, acredita-se que tenha ocorrido o abandono gradual das propriedades, em razão de novos processos produtivos.

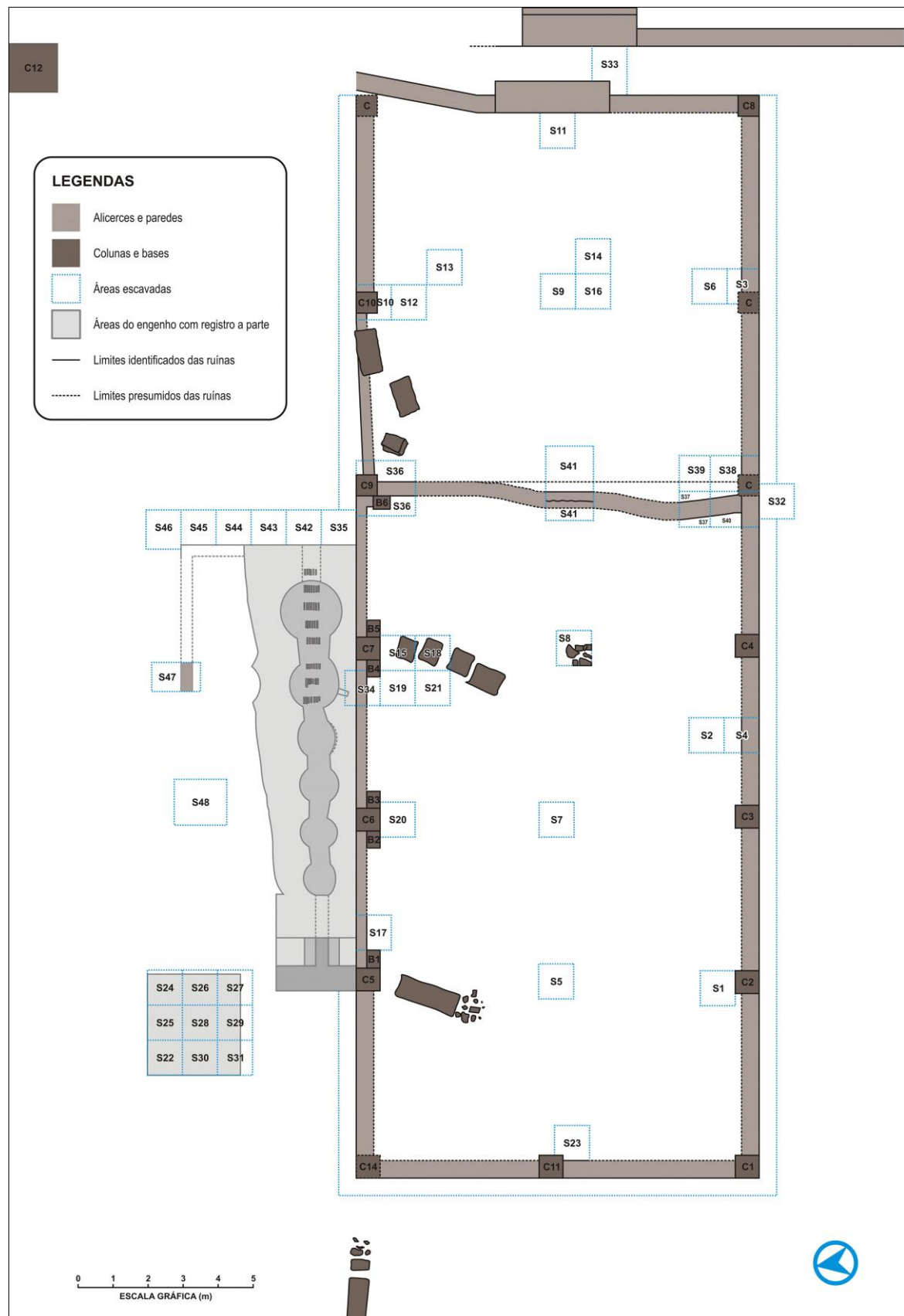
AS INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS E OS CONTEXTOS IDENTIFICADOS

O intuito das escavações foi caracterizar o engenho. Para isso, foi adotado procedimentos que intervissem o mínimo possível nas estruturas, preservando maior parte dos contextos como bloco testemunho. As sondagens foram distribuídas regularmente em espaços das ruínas que possibilitassem uma descrição mais ampla e diversa do espaço, ao mesmo tempo que evidenciassem uma amostragem artefactual não viciada, a qual representasse todos os setores da unidade de produção¹⁰ (figura 2). Complementarmente, registramos as estruturas arquitetônicas remanescentes, mapeamos e registramos duas barragens, com suas calhas de condução, que armazenavam a água que servia como força motriz do engenho.

⁹ No livro de João da Silva Campos, os cacaucultores começam a aparecer politicamente a partir das primeiras décadas do século XX, sendo que o produto obteve uma boa valorização já em 1909, o que impulsionou obras de infraestrutura na cidade, criação de escolas e fortalecimento do comércio (CAMPOS, 2006 [1947]: 491-506).

¹⁰ As escavações foram executadas através de sondagens com tamanho *Standard* de 1 x 1m e de trincheiras com 0,5m de largura, até atingir a formação natural do solo. Todas as escavações foram feitas por níveis artificiais de 10 em 10cm. Ao todo foram escavados cerca de 120m², de pouco mais de 510m² disponíveis. Isto é, pouco menos que 25% do sítio, de forma que maior parte dos contextos se encontra preservado. Além disso, realizamos mapeamento do entorno, para verificar a existência de outras unidades associadas ao engenho, a exemplo da casa grande, senzala e capela, que não foram arqueologicamente identificadas. Rememorando, conforme vimos na documentação primária acerca do engenho da Conceição, essa ausência faz sentido, pois de fato não existem registro de outras unidades construídas além do espaço produtivo do engenho.

Figura 2 - Planta e distribuição das ruínas do engenho, com identificação, em linhas azuis, dos setores de intervenções arqueológicas. Desenho: Carlos Costa, 2007.



Como é perceptível na figura 2, o partido arquitetônico do engenho é retangular¹¹, no qual é possível encontrar dois alinhamentos com sete colunas cada um, dispostos um paralelo ao outro, situados nas faces norte e sul do engenho. Além destes alinhamentos de colunas, na área central da face oeste, também foi localizada uma coluna isolada. Apesar de ser evidente a relação estrutural dos dois alinhamentos de colunas numa mesma unidade construtiva, existem diferenças de forma entre elas, relacionadas à função que cada lado do engenho cumpria.

Na face norte do engenho, correspondente à parte de trás, junto ao forno 1 (que será mais bem descrito à frente), as colunas, que se encontram alinhadas, detêm lances distintos de dimensão, sendo que o primeiro deles, desde o alicerce até 1,20 m de altura, mantém a largura e espessura de 64 cm, e a partir de 1,20 m há uma redução abrupta de 10 cm nas suas dimensões, ou seja, ela passa a ter 54 cm de largura e espessura. Além disto, nas laterais leste e oeste das colunas situadas ao lado do forno 1, existem pequenas bases de sustentação, que parecem proporcionar maior resistência estrutural ao forno e ao prédio do engenho.

Por sua vez, as colunas da face sul do engenho tinham uma largura média de 65 cm nas faces sul e norte, projetando-se com essa mesma dimensão em toda sua altura. Contudo, nas faces leste e oeste, as bases dessas colunas tinham uma medida de 74 cm e uma redução gradual na largura de mais ou menos 10 cm a cada metro de altura. Essas características levam a que tais colunas adquiram um formato semelhante ao de uma cunha.

No que concerne a composição dessas estruturas, tratam-se de colunas feitas com argamassa mista, composta por fieiras de “tijolos coloniais”¹² (COSTA, 2005: 45-51), rochas angulosas de pequenas e grandes dimensões, reaproveitamento de pedaços de tijolos, telhas, fragmentos cerâmicos, unidas por argamassa de argila amarela, areia e cal. O fato de existirem fragmentos cerâmicos reaproveitados nos permitiu obter uma datação relativa desse contexto. Identificou-se incrustado na argamassa de uma coluna um fragmento de faiança fina *shell edged / blue edged* (figura 3), que, segundo Fernanda Tocchetto e colaboradores (2001: 117), teria sido fabricado entre 1780 e 1850. Levando-se em consideração as taxas de tempo de produção, uso, desuso e descarte (SCHIFFER, 1972) destas faianças no Brasil, a possibilidade é de que essa parte do engenho tenha sido construída entre o segundo e terceiro quartel do século XIX.

¹¹ “A principal característica da arquitetura dos engenhos baianos na primeira metade do século XIX é a fábrica em forma de galpão, com planta retangular formada por três ou mais naves e recoberta por um só telhado de quatro ou duas águas, sustentado por esteios ou pilares de alvenaria. Geralmente, a nave central era sustentada por tesouras de madeira de até 12m de vão e as laterais, por meias-tesouras ou vigas de até 6m de vão. Muitas fábricas dispunham de varandas em um ou dois lados do galpão. Vale ressaltar que essas construções apareceram no Recôncavo já no século XVIII, mas só se generalizaram no século seguinte” (AZEVEDO, 2009: 117-118).

¹² Peças maciças, feitas em molde vazado, secos no terreiro e assado em fornos de olarias.

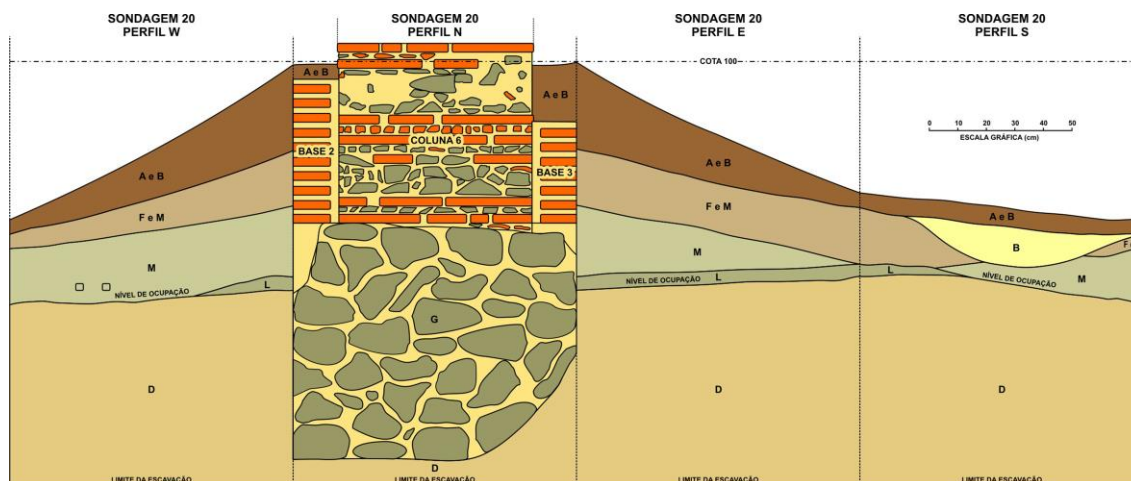
Figura 3 - Numa das colunas da face Sul, área de purgar, se indica a presença de um fragmento de faiança fina incrustado na argamassa, padrão *Shell Edged, Blue Edged*. Fotos: Carlos Costa, 2007.



Entre as colunas, foram identificadas partes de paredes, com largura média de 50 cm e a mesma conformação estrutural das colunas, sobre alicerces compostos por rochas grandes unidas por argamassa de argila amarela e areia.

As sondagens realizadas no interior do engenho, circunscritas à área destas colunas, permitiram evidenciar a função específica desse espaço. Nas sondagens realizadas na lateral do forno 1, foi localizada grande quantidade de fragmentos de forma de pão de açúcar (que em alguns casos formavam pedaços bastantes significativos de recipientes inteiros) na camada correspondente ao piso, ou seja, composta de cinzas caídas do forno (figura 4). Aliado a isso, há o fato de que é o setor dessa unidade produtiva com menor cota topográfica. As sondagens escavadas na área central, na face sul ou num alicerce de divisão interna do engenho, realizadas na circunscrição dos contextos acima descritos, não apresentaram outros vestígios além de telhas, que contribuíram para definir a cota do piso do engenho. Todas as características descritas, que levam em consideração a cota topográfica desse setor (baixa), o fato de estar ao lado do forno, onde as sondagens apresentaram grande concentração de fragmentos de forma de pão de açúcar, permitem concluir que esta seja a área de purgar do engenho.

Figura 4 - No perfil de sondagem ao lado do forno 1 é possível notar a camada L, correspondente ao nível de cinzas, que marca a cota do piso do engenho. Desenho: Carlos Costa, 2007.



Conforme nos ensinam Carlos Magno Guimarães e colaboradores, se considerarmos a topografia de um engenho, será possível identificar, sempre, a sua instalação em dois planos, os quais estabeleciam entre si um desnível que tinha como referência a profundidade das câmaras de combustão das fornalhas. A diferença de níveis não era um padrão destituído de justificativa técnica: era o que permitia que o caldo fosse transportado por gravidade do engenho até as fornalhas ou para algum local onde ficaria fermentando, para o caso da produção de aguardente. Dito de outra forma, em uma plataforma superior localizava-se o equipamento de moagem enquanto na plataforma inferior estavam as fornalhas, cochos de fermentação, mesas de desenformar etc. Moída a cana, o caldo era transportado através de bicas até à plataforma inferior onde seu destino era definido: rapadura ou aguardente (GUIMARÃES *et al.*, 2005: 4).

Sendo assim, na porção mais alta do engenho, situada no lado leste, as colunas que circunscrevem esse espaço indicam uma função distinta para esse setor, mas complementar ao anteriormente descrito. No entanto, antes de entrar na discussão da funcionalidade, cabe evidenciar algumas diferenças das colunas agora apresentadas, já que essas diferenças configuram elementos chave para leitura da temporalidade e precedência deste setor em relação ao primeiro. Aqui as colunas apresentam dimensão e composição diferentes, uma vez que os seus tamanhos médios são de 57 cm de largura e espessura e são compostas por tijolos maciços feitos em molde vazado e argamassa com argila amarela, areia e cal. Unindo essas colunas existem alicerces com tamanho entre 50 e 60 cm, feitos com rochas grandes e argamassa argilosa amarelada. Neste setor, a cota topográfica do piso de chão batido – identificado por uma camada de mais ou menos 5cm de espessura de argila vermelha compactada – está há 1,70 m acima do piso da área identificada como de purgar. Além disto, esta área encontra-se ao lado da saída da calha da roda d'água.

Essas características nos levam a duas considerações. A primeira é que a dimensão da área circunscrita por esse segundo conjunto de alicerces e colunas, localização em relação às estruturas já descritas (purgar e roda d'água) e cota topográfica elevada, fazem-nos reconhecer que se trate da área de moer, de onde o caldo da cana escoaria por gravidade para o forno 1. A segunda consideração é relacionada à composição distinta das estruturas, pois os dados arqueológicos nos autorizam a concluir que esse setor tenha sido construído em um momento anterior à área de purgar. De fato, estas afirmações parecem ter sentido, uma vez que além da diferença de composição e de forma das colunas, nas sondagens realizadas nesse setor foram identificados os limites construtivos dos diferentes momentos de confecção do engenho (figura 5).

Figura 5 - Evidencia-se os limites estruturais de diferentes momentos construtivos do Engenho Rio de Contas: a porção à direita corresponde ao primeiro momento construtivo e à esquerda a ampliação, que se encosta na estrutura pré-existente Foto: Carlos Costa, 2007.



Assim sendo, cabe saber que momentos foram esses. Para tanto, o primeiro ponto a ser considerado é que as colunas dessa área do engenho, agora reconhecida como área de moer, são construídas sem a reutilização de materiais; o que, em contraponto, ocorre nas colunas da área de purgar. Levando-se em consideração esse fator, há fortes possibilidades de se tratar da área mais antiga do engenho, de quando ainda não existiam materiais passíveis à reutilização. Contudo um elemento nos ajudará a reconhecer esta periodicidade. Nesse setor – na escavação de sondagem associada à face sul do engenho, realizada na área interior das ruínas – foram identificadas, na estratigrafia, as marcas da vala escavada para a construção dos alicerces e um pequeno aterro para nivelar a declividade do terreno. No limite dessa vala e aterro, em contraste com o solo estéril (natural), foi coletado um fragmento de borda de faiança portuguesa de uma pequena tigela, com padrão correspondente aos séculos XVII e XVIII (ALBUQUERQUE, 1991; BRANCANTE, 1881; DÓRDIO *et al.*, 2001). Dessa maneira, saímos das ilações e ficamos com dados mais seguros acerca da antecedência construtiva desse setor do engenho.

Outros setores escavados no engenho e que merecem menção são os fornos. Com tamanho de 12,7 x 5 m, o forno 1 refere-se a uma sequência de fornalhas, com seis bocas inteiras. Trata-se de uma construção estruturada com tijolos maciços feitos em molde vazado e argamassa de areia, cal e argila amarelada. O seu formato e posição são elementos importantes para a compreensão da cadeia de produção. O forno se encontra num nível intermediário em relação às demais estruturas; isto é, mais elevado que a área de purgar e mais baixo que a área de moer. Assim, a gravidade era utilizada como força para a transferência do caldo extraído de um setor para o outro do engenho. Ademais, as aberturas das fornalhas são diferentes, sendo a maior e mais próxima da moenda, com cerca de 90 cm, reduzindo de tamanho gradualmente até a boca mais distante da moenda, que é a menor, com aproximadamente 60 cm (figura 6).

O preparo do açúcar de cana nos engenhos dos séculos XVI à XIX podia ser dividido em três etapas: a moagem, o cozimento e a purga (GUIMARÃES *et al.*, 2005: 4). Portanto, as características descritas dizem respeito ao processo de parcelamento da produção. Nas duas fornalhas maiores existem frestas no fundo do forno, que permitiam maior intensidade de calor nos primeiros vasos. Com a força da gravidade o caldo de cana era conduzido, através de uma bica, da moenda para a fornalha grande. À medida que a garapa se tornava viscosa, devido ao processo de evaporação d'água e manutenção dos sólidos, com o uso de conchas, o líquido era transferido para a fornalha seguinte, de dimensão imediatamente menor. Com a continuidade do processo de aumento de densidade, o líquido ia sendo sucessivamente transferido de uma fornalha para outra até chegar à menor. Finalizada esta sequência, o produto era colocado nas formas de pão de açúcar para a decantação.

Figura 6 - Forno 1. Acima à esquerda, vista geral. Acima à direita, entrada da câmara de combustão com fragmento de forma de pão de açúcar. Abaixo à esquerda, frestas que permitiam intensificar a temperatura nas fornalhas maiores. Abaixo à direita, vista aproximada da menor fornalha. Fotos: Carlos Costa, 2007.



Acerca desse aspecto, Carlos Magno Guimarães diz que “a grande inovação na cozinha dos engenhos deu-se com o desenvolvimento das fornalhas tipo ‘trem inglês’ ou ‘trem da Jamaica’, onde o agrupamento das tachas sob uma única fonte de calor facilitava o controle do mesmo” (GUIMARÃES *et al.*, 2005: 6). Na continuidade dessa discussão, Carlos Magno Guimarães, citando Ruy Gama, demonstra que o trem da Jamaica permitiu, pelo menos, quatro inovações ao uso tecnológico das fornalhas, que foram: a existência de uma única boca de fogo para atender um conjunto de tachas; o uso de uma única chaminé, fazendo com que o calor fosse conduzido por todas as tachas; maior precisão no ajustamento das tachas aos orifícios da mesa de alvenaria em que se sustentavam, diminuindo as perdas de calor (e, conseqüentemente, combustível) pelos interstícios; e a facilidade para transferência do caldo de uma tacha para outra devido à maior proximidade entre elas (GAMA *apud* GUIMARÃES *et. al.*, 2005: 6).

Esse desenvolvimento tecnológico das fornalhas ocorreu paralelamente ao parcelamento, industrialização, cada vez maior do trabalho na cozinha do engenho. Vera Ferlini (a partir da comparação da ilustração de Stradanus a respeito da fabricação do açúcar siciliano do século XVI e das descrições de Antonil, já no século XVIII) demonstra que esse parcelamento ocorreu pela necessidade de aumentar a produtividade, uma vez que, aumentada a capacidade de moagem pela adoção do sistema de entrosas, um maior

volume de caldo deveria ser processado na cozinha (FERLINI *apud* GUIMARÃES *et al.*, 2005: 6).

Por sua vez, com 2,9 x 2,6 m, o forno 2 abrigava apenas uma fornalha, que se encontra fragmentada. Tem uma câmara de combustão e uma chaminé. Assim como o primeiro forno, é composto de tijolos maciços feitos em moldes vazados e argamassa de cal, areia e argila amarelada. Está situado numa cota topográfica inferior ao forno 1, na mesma cota da área de purgar. Ao lado deste forno foi identificado aros de ferro sobrepostos, utilizados em barrica de madeira. A maneira pela qual estes aros se encontram sobrepostos sugere que este recipiente, a barrica, apodreceu na mesma área onde foi deixado.

Outras áreas identificadas foram: a calha da roda d'água; as colunas do aqueduto, que conduzia a água à roda d'água; a calha escavada no terreno que levava a água até o aqueduto; e as duas barragens, que armazenavam a água que alimentava o engenho. Pela posição e relação da área onde se encontrava a roda d'água e a saída do aqueduto, tudo indica que se tratava de um engenho copeiro¹³.

De acordo com Carlos Magno Guimarães e equipe:

[...] o uso da energia hidráulica tornou possível uma maior velocidade [à produção do engenho], permitindo que a cana fosse totalmente esmagada com apenas duas passagens, ao passo que nos engenhos de tração animal era necessário repassar várias vezes. Permitiu o funcionamento ainda contínuo da moenda, uma vez que nas almanjarras, os animais conseguiam trabalhar apenas duas horas seguidas (GUIMARÃES *et al.*, 2005: 5).

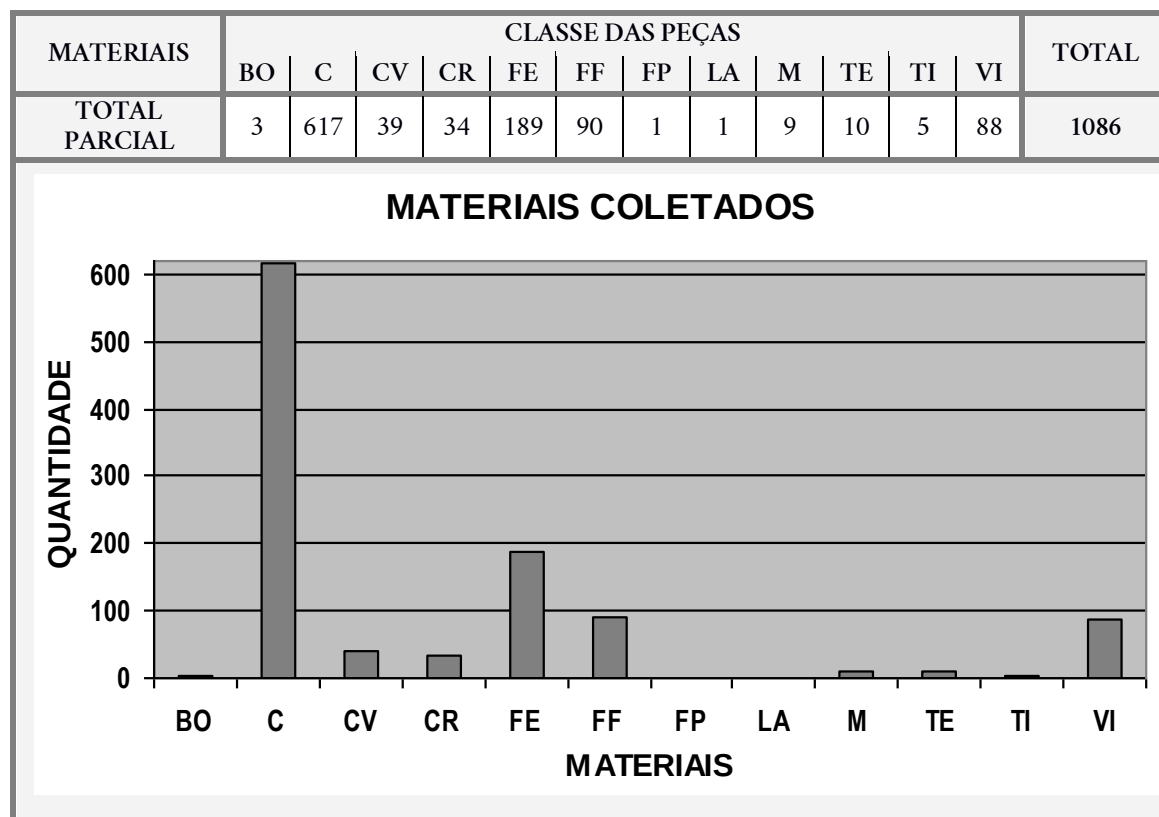
Por fim, faz-se necessária referendar mais um contexto identificado durante as intervenções arqueológicas, que pode estar associado ao último momento de uso do engenho. Foi localizado, a cerca de 50 m do engenho, um forno de farinha feito em adobe, com três bocas. A sua dimensão total é de 5,2 m de comprimento, 1,7 m de largura e 0,5 m de altura, com as bocas com 0,90 m de diâmetro. A entrada das câmaras de combustão tem a forma de abóbadas, com 20 cm de altura e 40 cm de largura. Em uma das bocas foi identificado um fragmento de borda de assador. Embora não possamos estabelecer uma relação direta entre esse contexto e o engenho, as informações orais de filhos de pessoas que conviveram no engenho indicam que no último período de seu funcionamento, quando o mercado do açúcar já não era tão rentável, os donos dessa unidade produtiva bem como os donos de outros engenhos da região passaram a plantar mandioca, produzir e comercializar farinha.

O UNIVERSO ARTEFATUAL ANALISADO

Para permitir a compreensão dos dados manejados durante a elaboração dos registros, apresentamos a tabela associada a um gráfico com as quantidades e classes precisas das peças coletadas no sítio.

¹³ São chamados de copeiros os engenhos em que a roda d'água se move através da queda de água sobre os cubos mais altos. Por sua vez, os rasteiros, ou meio-copeiros, são os engenhos em que a roda recebe água pelo meio e abaixo do eixo. Os engenhos trapiches correspondem àqueles de almanjarra, de tração animal.

Gráfico 1 - Universo artefactual analisado. Legenda: botão (BO), cerâmica simples (C), cerâmica vidrada (CV), cravo (CR), ferro (FE), faiança fina (FF), faiança portuguesa (FP), lajota (LA), metal (M), telha (TE), tijolo (TI), vidro (VI).



Numa leitura mais detalhada desse universo, no que diz respeito ao contexto sistêmico laboral do Engenho, foram catalogados 250 fragmentos de formas de pão de açúcar, sendo que, destas, 34 eram da parte da borda. Surpreenderam-nos o tamanho das peças e a sua capacidade de armazenamento: indicaram recipientes que suportavam entre 40 e 45 litros. Algumas peças contêm carimbos, provavelmente siglas dos fabricantes ou donos do engenho (figura 7). A espessura das paredes das formas de pão de açúcar é bastante grossa, variando de 0,8 cm a 1,8 cm. Esses recipientes eram indispensáveis no processo de produção do açúcar, uma vez que nelas se processava a etapa de cristalização/decantação do melaço.

Figura 7 - Carimbos aplicados em fragmentos de formas de pão de açúcar. À esquerda, carimbo "PHL" (peça: ER.422). À esquerda carimbo "P" (peça: ER.231). Fotos: Fabiana Comerlato, 2007.



Como vimos na documentação levantada da família Martins Lima, as fôrmas de pão de açúcar constituíam parte significativa dos equipamentos dos engenhos, a ponto de serem quantificadas e registradas nos inventários, razão pela qual eram tão importantes, a ponto de serem marcadas, para divisão familiar do cabido e controle de produção.

Com relação às cerâmicas de uso doméstico, a quantidade de fragmentos encontrados foi proporcionalmente inferior aos objetos de produção, condição que era esperada, uma vez que os contextos arqueológicos descritos indicam uma área de produção. Em sua maioria são faianças finas, cerâmicas sem decoração e cerâmicas vitrificadas na face interna. As cerâmicas sem decoração não torneadas apresentam algumas peças com a superfície alisada.

A faiança fina correspondeu à metade do universo cerâmico de uso doméstico exumado, sendo que boa parte é composta por peças pintadas à mão livre e pintadas à mão associadas às figuras carimbadas com motivo floral (*peasant*) e faixas e frisos e suas variações. Duas peças detêm marcas de fabricantes estrangeiros, sendo uma fabricada na Holanda no final do século XIX e outra na Inglaterra cerca de 1890+. Quanto às formas, pudemos identificar a presença de pratos rasos e fundos, recipientes côncavos, xícaras e pires.

Os fragmentos vítreos relacionam a contenção de bebidas, principalmente de garrações feitos a partir da técnica do sopro, variando de verde claro a verde escuro. Provavelmente eram utilizados para armazenar melão, cachaça e vinho. As garrafas apresentam exemplares de diferentes tamanhos e cores, com diâmetro da base variando de 6 cm a 8 cm. Além de objetos cilíndricos, também haviam alguns frascos e copos com paredes facetadas.

Especial destaque tem uma garrafa que apresenta um selo com o nome de “André Lopez de Castro”, utilizada para armazenamento de água da Inglaterra. Por informações históricas, sabe-se que esta que foi falsificada em Portugal no final do século XVIII e início do século XIX (figura 8). De acordo com Augusto D’Esaguy, a água da Inglaterra foi fabricada, originalmente, em Londres, a partir do quarto quartel do século XVII, resultado do cozimento da casca da Quinaquina (*Cinchona officinalis*), um arbusto sul americano conhecido no Peru pelas suas propriedades medicinais para o tratamento do sezonismo e outras doenças infecciosas. A suposta receita original da água da Inglaterra corresponde a um legado às equipes de manipulação e às famílias, passado de Fernando Mendes (a quem se atribui a primeira manipulação) aos seus discípulos, o Dr. Jacob de Castro Sarmiento e o padre Alexandre Botelho. Daí em diante o Dr. Jacob de Castro Sarmiento ensinou a receita à sua esposa e ao seu filho, Henrique de Castro Sarmiento, ambos residentes em Londres. Pelas propriedades medicinais, a água da Inglaterra teve muita popularidade em Portugal e, por essa razão, foi muito falsificada e comercializada. Se atribui ao capitão “André Lopez de Castro”, sobrinho do Dr. Jacob de Castro Sarmiento, a primeira falsificação, em Portugal, da água da Inglaterra, cuja receita o capitão aprendeu num estágio que realizou em Londres (D’ESAGUY, 1937: 9).

Pelas notícias obtidas até a finalização do presente texto, além desse exemplar identificado no sítio Engenho Conceição, uma garrafa foi encontrada por um colecionador (Daury de Paula Júnior) na Chapada Diamantina, Bahia, e outra nas escavações da Rua do Ouvidor, centro da cidade do Rio de Janeiro, o que demonstra boa circulação desse produto falsificado no território brasileiro. Em Portugal, foram encontradas alguns fragmentos dessas garrafas em museus e escavações arqueológicas, questionando-se a origem de sua confecção, se portuguesa ou inglesa (FERREIRA, 1997).

Figura 8 - Garrafa cilíndrica com selo anexado na altura do ombro, com as inscrições "André Lopez de Castro". Peça: ER.1041. Foto: Fabiana Comerlato, 2007.



As peças metálicas são em sua maioria feitas de ferro, apresentando poucos exemplares de cobre e outros materiais. Em razão de sua precária conservação, 81% das peças não puderam ser identificadas, pois resumem-se a pedaços de metais sem possibilidade de interpretação. No universo identificável foi possível reconhecer a presença de cravos (12%) e outros itens de uso variado: dobradiça, prego, peças de maquinário, porca e parafuso, cabo, faca, braçadeira e puxador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sítio Engenho Conceição é representante de um importante episódio de ocupação comercial do território baiano, que aconteceu da segunda metade do século XVIII ao início do século XX. Por um lado, ele testemunha a apropriação do território nos moldes europeus e, por outro, apresenta forte adaptação às condições identificadas na região. Para esclarecer o contexto espacial de inserção do sítio Engenho Conceição, cabe relatar em breves linhas outros dois sítios escavados – Sete Estrelas e Jeribucaçu – que permitem articular uma compreensão sobre o uso desse território e estabelecer um enlace da noção conceitual de “engenho” aqui abordada.

No sítio nomeado Sete Estrelas, uma provável residência rural distante 6 km do engenho, foram identificados setores que indicam atividades de moradia e trabalho (casa de farinha, possivelmente destinada a uma pequena produção local de subsistência). Os materiais arqueológicos analisados em laboratório, em confronto com os dados obtidos em campo, sugerem que se trata de uma unidade habitacional que existiu entre o segundo e terceiro quartel do século XIX¹⁴, cujos moradores detinham baixo poder aquisitivo, de maneira que viviam isolados e distantes do centro urbano (COSTA & COMERLATO, 2018: 68-70).

Por sua vez, o sítio denominado Jeribucaçu apresenta-se como uma residência de médio porte, rural, com pouco mais de 200m², igualmente do segundo e terceiro quartel do século XIX (COSTA & COMERLATO, 2018: 70-74). Apesar de ser uma residência rural, sua localização estava no eixo produtivo da região de Rio de Contas, especificamente em sua bacia, uma vez que se encontra próximo dos principais engenhos,

¹⁴ É importante afirmar que a produção de farinha em larga escala na região corresponde ao momento final e, mesmo, posterior ao auge produtivo do açúcar. As informações dos moradores locais (netos e bisnetos de pessoas que trabalharam no engenho) possibilitam compreender o declínio da produção do açúcar e ascensão da produção da farinha no período pós-abolição, além de indicarem o forno localizado próximo ao sítio Engenho Rio de Contas (identificado nos trabalhos arqueológicos) como um testemunho desse processo.

a exemplo do Engenho Conceição, o qual dista 1 km dessa área. A aparente pequena distância de 1 km não permite situar essa casa como parte do contexto do engenho, de forma a apreendê-lo no conceito clássico de Gilberto Freyre. Isso porque o sítio Jeribucaçu está na margem oposta do rio (que é profundo, largo, caudaloso e navegável por embarcações de até médio porte) e não dispõe de relações de visualização e visibilidade com o engenho, por estar encoberta pela topo do vale do rio.

Se não é possível situar o engenho e a residência mais abastada como integrantes do mesmo contexto sistêmico, a localização da casa demonstra, pelo menos, que o seu proprietário estava instalado estrategicamente, colocando-se de maneira privilegiada em relação ao comércio e circulação de mercadorias locais, cujas principais vias por terra passavam próximas da residência. Nela foram identificados quatro cômodos, sendo que um deles pode se referir à área de cozinha. A análise dos materiais arqueológicos indica tratar-se de um proprietário com mais poder aquisitivo que os moradores do Sete Estrelas, haja vista que o partido arquitetônico da edificação bem como o padrão de consumo dos materiais móveis são mais elevados (COSTA & COMERLATO, 2018: 74-75).

O fato das ocupações do sítio Sete Estrelas e Jeribucaçu terem ocorrido sincronicamente possibilita-nos a compreensão de uma situação particular dessa área, na medida em que a comparação entre as duas unidades residenciais escavadas revela, sem sombra de dúvidas, a segregação socioespacial ocorrida neste setor do Baixo Sul baiano. A residência tida como mais modesta, o sítio Sete Estrelas, encontra-se distante das áreas decisórias de Itacaré, sem a possibilidade de acesso fácil a mercadoria, serviços e informação. Enquanto isto, a residência tida como mais abastada, o sítio Jeribucaçu, está instalada num ponto estratégico de passagem por terra das vias de comércio local, com visão privilegiada sobre o leito do Rio de Contas, permitindo que se tenha acesso e controle de informações e serviços, além de facilidade de chegada, por terra e água, ao centro comercial daquela região, Itacaré. Portanto, reflete os mesmos mecanismos de segregação espacial concêntrica identificados no Brasil desde o período colonial.

Nesse contexto, o sítio Engenho Rio de Contas ou Engenho Conceição de Boa Vista, estava situado no meio, no leito do rio. De propriedade da família Martins de Lima, refere-se a uma grande unidade de produção de açúcar movida a roda d'água, chamada na literatura da área como "engenho real". Os dados arqueológicos permitem apontar um grande período de utilização do engenho, iniciado entre os séculos XVII e XVIII, quando este tinha uma conformação; já no século XIX, sofreu uma grande ampliação com o objetivo de aumentar a produtividade. A existência de um forno do tipo trem inglês, com fornalhas intercaladas, demonstra a necessidade do parcelamento da atividade de trabalho, que promovia um aumento significativo da produção do açúcar. Da mesma forma, o uso de grandes formas de pão de açúcar, com controle de produção (o que se conclui levando-se em consideração a presença de marcas carimbadas nestes vasos), demonstra certo distanciamento de uma produção com características artesanais e aproximação de mecanismos de produção em alta escala.

Por sua vez, o escoamento dessa produção era facilitado pelo fato do engenho estar situado à margem imediata do Rio de Contas, o que permitia o envio da mercadoria para Itacaré, centro comercial da região. Nesse engenho foi possível localizar todos os diferentes setores funcionais: barragens, calha, aqueduto, área da roda d'água, área de moer, área de purgar, nove fornalhas e um cais natural, além de um forno de farinha com três fornalhas. Em contraponto, nem o levantamento arqueológico, nem os dados históricos primários permitem relatar qualquer unidade habitacional ou religiosa na cercania, muito menos senzalas.

Os dados apresentados nos autorizam a concluir que no século XIX, quando o engenho foi ampliado significativamente, ocorreu um auge produtivo de açúcar destinado a importação; auge este verificado no fato arqueológico, expresso nos equipamentos de produção (fornos intercalados e formas de pão de açúcar de grandes dimensões) e na arquitetura do engenho. Tal ápice produtivo foi seguido de um franco declínio no fim do século XIX e início do século XX, em decorrência, muito provavelmente, do término do período escravista, que proporcionava mão de obra barata. Frente a esta nova realidade, os proprietários foram forçados a variar suas mercadorias, a fim de atender demandas locais, o que os impôs a necessidade de produção de outros gêneros alimentícios para comercialização regional, a exemplo da farinha.

O fato de ser uma unidade que congregava interesses distintos – havia pessoas que comercializavam, pessoas que produziam e pessoas que detinham a propriedade e, apenas, auferiam lucros com esse espaço (a exemplo dos herdeiros da família Martins de Lima) – permitiu que, nos espaços de engenho, pudessem ser encontrados diversos atores sociais, os quais viviam na região, com interesses e participação diferentes no cenário. Como exemplo, podemos pensar nas pessoas que participavam dos mecanismos de controle e comércio local, tais como os moradores do Jeribucaçu; ou nos trabalhadores precisados e distantes dos centros decisórios, como aqueles do sítio Sete Estrelas. Ou seja, estamos falando de uma relação espacial com a paisagem ampliada; relação esta que não se restringia à unidade produtiva.

Concluimos que o modelo adotado para ocupação espacial desse sistema produtivo identificado na região de Rio de Contas não permite enquadrá-lo ao modelo socioespacial concentrado, nem ao modelo mecânico de engenho de açúcar. Diferente disso, trata-se um modelo de produção e controle territorial difuso, uma vez que detinha ampla fatia do território, sendo que as unidades residenciais se encontravam distantes do espaço produtivo, mas sem perder de vista uma relação de acesso e controle da paisagem, das possibilidades de vias de escoamento de produção e a relação com o meio urbano.

Assim sendo, tomando como parâmetro a força motriz, a distribuição das unidades da área de produção, as possibilidades de escoamento do produto e a paisagem social da região, além de, em contraponto, perceber a distância de outras unidades de sociabilidade verificadas nesses contextos (a exemplo da casa grande, da senzala, da capela etc.), podemos afirmar que a noção de engenho de açúcar ganhou outra forma no Baixo Sul, especificamente no Rio de Contas. A unidade de produção tinha sua função acentuada ao máximo, e as redes de relação com as demais unidades sociais estavam difusas, distribuídas nos diferentes contextos do território, não necessariamente imbricadas com a unidade de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Capistrano de. 1969. *Capítulos da história colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Briguet, 268pp.
- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu. 1991. *A faiança portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN*. Dissertação de Mestrado em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 200pp.
- ANDREATTA, Margarida Davina. 1999. Engenho São Jorge dos Erasmos: Prospecção Arqueológica Histórica Industrial. *Revista da Universidade de São Paulo*, v. 41, pp. 28-47.
- ANTONIL, André João. 1982 [1955]. *Cultura e opulência do Brasil*, 3ª ed. (Coleção Reconquista do Brasil). Belo Horizonte: Itatiaia / Edusp, 239pp.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Judiciária - *Inventário - Classificação 02/901/1370/06*; Local - Barra do Rio de Contas; Ano - 1876; Inventariado - Capitão-mor Manuel Martins de Lima; Inventariante - Manuel Lopes Ferreira.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Judiciária - *Inventário - Classificação 07-3175-04*; Local - Barra do Rio de Contas; Ano - 187[?]; Inventariado - Delfina Martins de Lima; Inventariante - Celestino Martins de Lima (irmão).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Judiciária - *Inventário - Classificação 05-2007-2478-03*; Local - Salvador (registro em Salvador); Ano - 1860; Inventariado - Miguel Travassos de Lima; Inventariante - Manuel Antonio Dias (Obs: com testamento).
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Judiciária - *Inventário - Classificação 02-901-*; Local - Barra do Rio de Contas; Ano - 1876; Inventariado - Virgínio Martins de Lima; Inventariante - Candido José Setúval.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Seção Judiciária - *Inventário - Classificação 04-1728-2198-09*; Local - Salvador (registro em Salvador); Ano - 1830; Inventariado - Bernardino José Monteiro; Inventariante - Maria Pereira de Oliveira (Obs: faleceu em 16/09/1830).
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. 2009. *Engenhos do Recôncavo Baiano*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 140pp.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. 1990. *Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial*. São Paulo: Nobel, 219pp.
- BRACANTE, Eldino da Fonseca. 1981. *O Brasil e a cerâmica antiga*. São Paulo: Cia. Litographica Ipiranga, 730pp.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. 1995 [1936]. *Raízes do Brasil*, 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 220pp.
- CALI, Plácido. 2003. *Sítio Arqueológico Engenho Pacuíba I*. Ilhabela - SP. Ilhabela: ed. Asseart, 82pp.
- CAMPOS, João da Silva. 2006 [1947]. *Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus*, 3ª ed. Ilhéus: Editus, 819pp.
- CARDIM, Fernão. 2000 [1583-1601]. *Tratados da terra e gente do Brasil*, 2ª ed. Transcrição: Ana Maria de Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 259pp.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. 2005. Materiais construtivos do sítio da primeira Catedral do Brasil: modelos de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos materiais do sítio da antiga igreja da Sé, Salvador, Bahia. *Clio - Série Arqueológica*, Recife, v. 2 (19), pp. 43-78.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. 2008. *Relatório final do salvamento e levantamento arqueológico complementar na rodovia BA-001 (trecho BR-030 – Itacaré)*. Salvador, Mae/Ufba.
- COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. 2018. Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: residências rurais do século XIX em Itacaré, Bahia, Brasil. *Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio*, Recife, v. 1 (3), pp. 66-75.

- COSTA, Diogo Menezes. 2017. Historical Archaeology in the Amazon: the Murutucu Sugar Cane Mill Field School Project. *International Journal of Historical Archaeology*, v21, pp. 674-689.
- D'ESAGUY, Augusto. 1937. Um notável descoberta portuguesa: a água de Inglaterra. *Ilustração*, Lisboa, 266, ano 12, pp. 9.
- DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo; SÁ, Anabela. 2001. Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia. *Itinerário da faiança do Porto e Gaia*, Lisboa: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 117-166.
- ENCICLOPÉDIA dos Municípios, v. 20. 1958. Rio de Janeiro: IBGE, 1958 405pp.
- ENCICLOPÉDIA dos Municípios, v. 21. 1958. Rio de Janeiro: IBGE., 1958, 431pp.
- FERNANDES, Henry Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto Santos. 2009. Arqueologia do baixo sul da Bahia: condicionantes espaciais na implantação de engenhos de açúcar. *Revista de Arqueologia*, Belém, v. 22 (2), pp. 137-156.
- FERNANDES, Henry Luydy Abraham. 2007. *Relatório final do resgate e monitoramento arqueológico na rodovia BA-001 (Camamu – BR-030)*. Salvador: Mae/Ufba.
- FERNANDES, Henry Luydy Abraham; COSTA, Carlos Alberto Santos. 2006. *Relatório final do diagnóstico e levantamento arqueológico na rodovia BA-001 (Camamu-Itacaré)*. Salvador: Mae/Ufba.
- FERREIRA, Manuela Almeida. 1997. Seventeenth and eighteenth century glass drinking vessels and bottles from Lisbon - Portugal. *Conimbriga*, 36, pp.183-190.
- FOREST, Melânia Gaudêncio Noya. 2006. *Engenho Maranguape: uma leitura arqueológica*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 85pp.
- FOREST, Melânia Gaudêncio Noya; OLIVEIRA, Cláudia Alves de. 2008. Uma leitura arqueológica do Engenho Maranguape Paulista - PE. *Clio – Série arqueológica*, v 23 (61), pp. 63-83.
- FOUND, William; BERBÉS-BLÁZQUEZ, Marta. 2012. The sugar-cane landscape of the Caribbean Islands: Resilience, adaptation and transformation of the plantation social—ecological system. Resilience and the Cultural Landscape: Understanding and Managing Change in Human-Shaped Environments, pp.164-184.
- FREIRE, Felisbelo. 1998. *História territorial do Brasil* - Edição fac-similar. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 542pp.
- FREYRE, Gilberto. 2012 [1933]. *Casa grande e senzala*, 9ª ed. São Paulo: Global, 768pp.
- FREYRE, Gilberto. 2004. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. rev. São Paulo: Global.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. 1980 [1576]. *Tratado da terra do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1560pp.
- GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. 1992. O fundo das 12 léguas – sesmarias doadas por Mem de Sá aos Padres Jesuítas. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, v. 90, pp. 39-43.
- GOMES, Geraldo. 2006. *Engenho e arquitetura*. Recife: Editora Massangana, 414pp.
- GOMES, Paulo Dórdio; TEIXEIRA, Ricardo Jorge; SÁ, Anabela. 2001. Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da arqueologia. In: *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 119-164.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria Mata; SILVA, Fernanda Cristina de Oliveira e; SANTOS, Rafael Barbi Costa. 2003. Os engenhos de Serra da Mesa - Goiás. São Paulo. *Anais do XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. São Paulo: SAB, pp. 1-12.
- GUIMARÃES, Carlos Magno; SILVA, Giovanna Helena Teixeira da Cruz; CAMPOS, Luana Carla. 2005. Arqueologia dos engenhos de cana do médio Jequitinhonha (Minas Gerais – Brasil

- / Séculos XVIII – XX). Campo Grande. *Anais do XIII Congresso da SAB: arqueologia, patrimônio e turismo*. Campo Grande: ed. Oeste, pp. 1-14.
- LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José Proença. 1989. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 175pp.
- LEITE, Serafim Soares. 1945. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, tomo V. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Livraria Portugália, 635pp.
- MAYER, Brianna. 2016. *Status and Identity on a Smallholder Caribbean Plantation: an archaeological perspective*. Tese de Doutorado em Antropologia. Michigan: University of Michigan, 80pp.
- MORAIS, José Luiz de; PIEDADE, Silvia Cristina; MAXIMINO, Eliete Pythagoras Brito. 2005. Arqueologia da Terra Brasilis: o Engenho São Jorge dos Erasmos, na Capitania de São Vicente. *Revista de Arqueologia Americana*, v. 23, pp. 349-384.
- OLIVEIRA MARTINS, Iberê Fernando de. 2015. *Arqueologia e etnicidade na Amazônia Oriental: o caso do Engenho Murutucu em Belém do Pará*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belém: Universidade Federal do Pará, 125pp.
- OLIVEIRA, Claudia Alves. 2018. Relatório final: *arqueologia e acessibilidade do Engenho Jaguaribe do Litoral Norte de Pernambuco*. Recife: SIC/PE, 121pp.
- OLIVEIRA MARTINS, Iberê Fernando de. 2015. *Arqueologia e etnicidade na Amazônia Oriental: o caso do Engenho Murutucu em Belém do Pará*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Belém: Universidade Federal do Pará, 125pp.
- PRADO JUNIOR., Caio Prado. 2011 [1942]. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 446pp.
- SANTOS, Paulo Alexandre da Graça. 2005. *Contentores de bebidas alcoólicas: usos e significados na Porto Alegre oitocentista*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 242pp.
- SCHIFFER, Michael Brian. 1972. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, v. 31 (2) pp. 156-165.
- SCHWARZT, Stuart. 1995 [1985]. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 480pp.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. 1978 [1937]. *História econômica do Brasil (1500/1820)*, 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 475pp.
- SOARES DE SOUSA, Gabriel. 2000 [1587]. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 355pp.
- SOUZA, Alfredo Mendonça de. 1997. *Dicionário de arqueologia*. Rio de Janeiro: Adesa, 140pp.
- SOUZA, Marcos André Torres de. 2015. O século 18 em Goiás e a visão de mundo barroca: dois estudos de caso. *História Revista*, v. 20 (2). pp. 140-174.
- SOUZA REGO, Nuno José. 2010a. *Relatório Engenho Massangana: arqueologia de restauração da Casa Grande*. Recife: Fundaj.
- SOUZA REGO, Nuno José. 2010b. *Relatório Engenho Massangana: arqueologia de restauração da Capela de São Mateus*. Recife: Fundaj.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. 1998. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 276pp.
- SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; GOMES, Flávio dos Santos; SUGUIMATSU, Isabela Cristina. 2015. Práticas de descarte de refugo em uma plantation escravista. *Revista de Arqueologia*, v. 28 (1), pp. 93-122.
- TOCCHETTO, Fernanda Bordin; SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira; OZÓRIO, Sérgio Rovani; OLIVEIRA, Alberto Duarte Tavares de; CAPPELLETTI, Ângela Maria. 2001. *A faiança fina em*

Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: EU/Secretaria Municipal da Cultura, 168pp.

TRINDADE, Etelvina. 1996. *O trabalho nos engenhos.* São Paulo: Atual, 39pp.

WOODWARD, Robyn Phipps. 2011. Feudalismo or Agrarian Capitalism? The Archaeology of the Early Sixteenth-Century Spanish Sugar Industry. DELLE, James A.; HAUSER, Mark W.; ARMSTRONG, Douglas V. *Out of Many, One People: the historical archaeology of colonial Jamaica.* Tuscaloosa: The University of Alabama Press, pp. 23-40.